

91C

ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO PT



BOLETIM NACIONAL

Nº 88 - Junho/94 - CR\$ 2.000,00



O PT e o Plano Real

Leia nossa posição sobre esse plano eleitoreiro
na página 2

ELEIÇÕES

Está definido o
quadro
sucessório que
pode mudar a
história do Brasil
Páginas 4 e 5

CAMPANHA

O Comitê Lula
está a todo vapor
e a logomarca já
está na rua
Página 3

BANCADAS

A Revisão foi
enterrada e
ninguém
acompanhou o
funeral
Página 7

V CONCURTO

Delegados
lançam manifesto
pró-Lula
Página 6

Não à violência

O presidente do PT de Vespasiano (MG) foi vítima de mais uma arbitrariedade da Polícia Militar mineira. Fábio Marcio Bitencourt, professor do estado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Vespasiano (Sind-UTE) e dirigente estadual da CUT-MG foi detido e agredido por dois soldados da Polícia Rodoviária no dia 12 de abril, após pedir-lhes auxílio, em função de problemas mecânicos com sua motocicleta.

Fábio vinha do centro de Vespasiano com destino a sua residência no bairro Angicos (zona rural), na Rodovia MG-10, quando sua moto parou por problemas mecânicos, a dois quilômetros de um posto rodoviário. A Polícia veio ao local mas negou-se a prestar qualquer ajuda. Fábio voltou andando até o centro de Vespasiano a procura de um mecânico. Na entrada da cidade, foi barrado por uma viatura da polícia rodoviária. Dois policiais — cabo Spitali e outro soldado ainda não identificado —, antes de escutar o companheiro, partiram para a agressão. Fábio foi algemado e levado ao posto rodoviário onde ficou detido por cinco horas.

O abuso de autoridade, as agressões verbais e físicas, a humilhação, a prisão irregular, as ameaças e o desrespeito aos mínimos direitos devem ser por todos nós repudiado e denunciado.

Temos consciência de que este não é um fato isolado nem incomum na prática de policiais militares em Minas Gerais. Por isso, exigimos a punição exemplar dos dois soldados da Polícia Rodoviária estadual.

Assinam 3 partidos e 25 entidades da sociedade civil

BOLETIM NACIONAL

O Boletim Nacional é uma publicação quinzenal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203-002 - São Paulo/SP Fones (011) 223.7999/7904 Fax: (011) 222.9665 **Secretário de Comunicação** Markus Sokol

Junho/94
1ª quinzena Nº 88

Secretário Adjunto José Américo Dias
Jornalista Responsável Marisa Lourenço MTb 18.321
Editoração Eletrônica William Aguiar
Assinaturas/Expedição Ronney Lopes
Impressão Central Print

EDITORIAL

O Plano FHC, as eleições e o futuro governo

O Plano FHC cada vez mais se limita à discussão em torno da criação da nova moeda e da possibilidade de ancorar esta ao dólar. A redução da ênfase na questão orçamentária relaciona-se fundamentalmente com a incapacidade apresentada pelo governo até agora (estamos chegando ao meio do ano) em aprovar no Congresso o orçamento para esse ano, de um lado, e com a pressa em apresentar algum resultado positivo imediato na luta anti-inflacionária que possa ser propagandeado como uma conquista do plano econômico e de seu artífice, o ex-ministro e candidato Fernando Henrique.

Essa mudança de ênfase recente, superando todo o discurso feito ao longo do ano passado, evidencia a falta de consistência do plano no longo-prazo, já que a questão fiscal terá de ser discutida em um futuro não muito distante. Aliás, não apenas a questão fiscal, como todas as demais questões estruturais do país, jogadas com o plano para debaixo do tapete, como se o plano de estabilização tivesse a capacidade de fazer esquecer todos os grandes problemas nacionais — e, mais grave, como se a permanência desses problemas estruturais não fosse o principal entrave à qualquer tentativa consistente de resolução dos problemas econômicos e de estabilização da economia não dando resposta ao principal problema que o próprio governo colocava inicialmente, a questão do déficit público, especialmente agravada pelo aumento das taxas de juros que impactam a

enorme e a asfixiante dívida pública interna, tornando o lado da despesa do orçamento absolutamente desgovernado.

Em compensação, com o discurso do ajuste o governo corta fundo os gastos sociais e de infraestrutura básica do país, agravando a situação da fome e do desemprego no Brasil, deteriorando ainda mais a rede pública de saúde e educação, tensionando as disparidades regionais, inibindo a produção agrícola, especialmente dos pequenos e médios produtores dependentes do apoio oficial, descapitalizando as empresas estatais produtivas, atingidas na sua capacidade de investimento, inviabilizando suas possibilidades de desenvolverem setores absolutamente estratégicos ao país, como energia, petróleo, telecomunicações, transporte marítimo e ferroviário e infraestrutura portuária, baixando desta forma a produtividade geral da economia, sua capacidade de responder às necessidades da população do país e de se entregar de forma soberana e dinâmica no cenário internacional.

O plano está calcado em uma aparente estabilidade das relações com os credores internacionais baseada no fechamento no primeiro quadrimestre do ano de novos acordos referentes à dívida externa brasileira, bastante desfavoráveis ao país, que constroem o futuro governo (na medida em que concentram pagamentos entre 1995 e o ano 2000) e aumentam a pressão sobre o balanço de pagamentos e o déficit público.

No afã de apresentar resultados imediatos, o governo também fará um movimento de criar mecanismos para esconder a inflação do final do mês de julho deste ano. A lei aprovada no Congresso, que institui a nova moeda em 1º de julho criará também um novo índice para medir a inflação a partir desta data — o chamado IPC-r. O expurgo oficial abrirá de novo a

discussão sobre qual, efetivamente, terá sido a inflação de julho — se o índice “expurgado” do governo, que mostraria a baixa rápida da inflação, ou os outros índices divulgados, que ainda mostrariam uma inflação elevada, embora menor do que a que vem sendo registrada. Mas a existência de um registro de inflação alta levaria a que vários setores buscassem compensar essa perda inflacionária, e poderia ampliar a disputa distributiva na economia brasileira. Essa realidade colocará o conjunto dos trabalhadores na situação de se por em luta para evitar mais essas perdas, especialmente para as grandes categorias que começaram a negociar agora no início do segundo semestre do ano, como bancários e petroleiros.

O desenrolar do plano, portanto, em que pese o seu caráter eleitoral de procurar, quer pelo “expurgo” dos índices de inflação, quer pela fixação da taxa de câmbio e tentativa de estabelecimento de uma âncora cambial para a nova moeda, quer ainda pela tentativa de congelar em níveis absolutamente insatisfatórios para os trabalhadores a situação da distribuição de renda nacional, indicará no curto-prazo um aumento no tom das discussões sobre o que, efetivamente, estaria se passando na economia nacional.

Mas não resta dúvida que, pelos mesmos elementos levantados, sobrarão uma herança absolutamente maldita para o próximo governo — ou uma situação já aberta de total descontrole da inflação e da economia, ou uma situação de enorme crise potencial, com inflação ainda relativamente baixa, mas a custo da defasagem cambial e conseqüente deterioração das reservas e do arrocho dos salários “congelados” em URV.

Esta será a fatura da fraude eleitoral. que é o Plano FHC.

José Luis Fevereiro
Membro da Comissão Executiva Nacional

Apaixone-se

A Comissão Nacional de Mobilização e Organização entrou em contato com as direções estaduais para que definam os responsáveis dessa área para a campanha de Lula. Para descentralizar e viabilizar a criação de uma rede de mobilização, a Comissão pede que o responsável pela mobilização da campanha de Lula não seja o mesmo que o do candidato a governador.

Com o slogan "Apaixone-se por esta campanha", o dia 12 de junho será o dia nacional de mobilização. No dia dos namorados, vamos espalhar comitês populares Lula Presidente por todo o país. Casas, clubes, bares, associações, em todos os lugares poderemos criar novos comitês. A partir daí teremos milhares de pontos de referência e apoio à campanha.



Esta é a marca da nossa campanha à presidência da República. O nome de Lula junto ao Brasil mostra que o candidato do PT é a cara do país, do povo brasileiro.

A marca foi criada pela equipe publicitária da campanha e traz as cores da bandeira brasileira e a estrela vermelha do PT no início do nome de Lula. O Brasil está escrito em verde, com exceção da letra "a", em azul, sobre o losango amarelo. Nas camisetas, faixas e bandeiras a marca será estampada sobre um fundo branco.

Comitês

A partir de 31 de maio, o Comitê Nacional dos Sindicalistas estará encaminhando aos estados orientações de como organizar os comitês de sindicalistas em todo o Brasil. Procure a Secretaria Sindical do PT no seu estado, mobilize os companheiros dos partidos da Frente. Vamos contrinuir decisivamente para a vitória de Lula!

A todo vapor!



O Comitê Lula Presidente está funcionando a pouco mais de um mês num prédio com 3.200 metros quadrados, na esquina da Av. Angélica com Rua Barra Funda, em São Paulo. Em seus três andares abriga dez Coordenações e Comissões de Trabalho.

No andar térreo estão instalados um bar/lanchonete, a lojinha e a recepção. Com 14 salas e um mini-auditório, o primeiro andar instala as Coordenações de Organização e Mobilização, Comunicação, Análise e Pesquisa, Infra Estrutura e Administração. No segundo andar, além da sala do nosso candidato, há uma sala de reuniões e outras 9 salas onde funcionam as Coordenações de Programa de Governo, Agenda, Finanças e a Assessoria de Imprensa.

Quero falar!

Para os que encontraram dificuldade em ligar para o comitê, uma boa notícia: o PABX tem cinco novas linhas, totalizando 20 seqüenciais — a linha tronco (861.3155) distribui as ligações

pelas demais. Somando os diretos temos um total de 32 linhas telefônicas. Mas, para racionalizar esses recursos, você que liga para cá precisa saber exatamente com quem falar. O quadro abaixo relaciona os ramais e os responsáveis por cada área.

Coordenações

Estamos a todo vapor. A coordenação de comunicação já pôs na rua a logomarca da campanha e agora começa a funcionar a agência de notícias que levará às intâncias partidárias no país informações sobre o candidato e a campanha, respostas aos ataques que recebermos e o acompanhamento do quadro eleitoral. Também será a agência que fornecerá informações à grande imprensa.

É hora de colocar a campanha na rua! Para tanto, a coordenação de Organização e Mobilização está chamando as direções estaduais a criar uma rede de mobilização para a formação de comitês estaduais e setoriais em todo o país.

Com quem falar no Comitê

Área	Coordenador	ramais
Agenda	Hamilton Pereira	221/222
Ass. de Imprensa	Ricardo Kotscho	228
Comunicação	Markus Sokol	229/230/231
Finanças	Tatau Godinho	219
Infraestrutura	Paulo Okamoto	201
Mobilização	Gilberto Carvalho	232/233
Pesquisa	Jorge Almeida	234/235
Porta-voz	Rui Falcão	223
Prog. de Governo	Marco Aurelio Garcia	218
Secret. Executiva	Paulo Vanucci	224
Administração	Eliete	203
Lojinha	Edgar	200
Recepção	Ceci	225
Fone: (011) 861.3155 — fax: (011) 826.1570		

Coluna do Candidato

Depois de lançar o do Forum Nacional pela Democracia e de participar da abertura do V Congresso Nacional da CUT — onde recebeu o apoio dos dois mil delegados presentes —, as principais atividades de nosso candidato, nesse final de maio, foram os mini-comícios nas portas-de-fábrica, dias 22 e 23, em São Bernardo do Campo (SP); a caminhada pelo centro bancário da capital paulista e o lançamento do Comitê Sindical Nacional, no dia 26.

Entre os dias 27 e 29 Lula esteve em Minas Gerais, para o lançamento da candidatura de Carlião ao governo. Percorreu as cidades de Belo Horizonte, Sete Lagoas, Patos de Minas, Betim, Contagem, Matozinhos, Prudente de Moraes. Em Patos de Minas, Lula conversou com um grupo de ruralistas na Associação Comercial e Industrial. A cidade é uma das mais importantes regiões produtoras do estado e um dos principais redutos da UDR. Para este público Lula expôs abertamente as propostas para o campo. Embarcando para Brasília no dia 30 de maio, Lula percorre as cidades satélites em companhia de nosso candidato ao governo do Distrito Federal, Cristóvam Buarque. Lá os temas em pauta são o desemprego e a migração. As atividades se encerram com um comício no Plano Piloto, no dia 1º de junho.

Refeito pelo descanso no feriado, Lula viaja para o Espírito Santo. Também lançando a campanha de nosso candidato no estado, Vítor Buaiz, ele visita São Mateus, Linhares e Colatina (ao norte do estado), onde os eixos de discurso serão a questão fundiária, meio ambiente e política do café, respectivamente.

No dia 9 de junho ele estará de volta a São Paulo para o lançamento do Projeto Emprego e nos dias 10 e 11 estará no Rio Grande do Sul, fazendo campanha ao lado de Olívio Dutra. Dia dos namorados, 12 de junho, volta a SP para o grande comício no Vale do Anhangabaú: "Apaixone-se por esta campanha".

Os limites da lei

O PT quer saber os limites e a interpretação dos artigos 45 e 57 da Lei 8713 que regula as campanhas deste ano. O advogado e um dos coordenadores da campanha de Lula, Luís Eduardo Greenhalgh, entrou com uma consulta formal do TSE e com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, em Brasília, contra os mesmos artigos.

O "escandaloso" uso do caminho de som do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em

comícios de porta de fábrica mostra as contradições da lei eleitoral. De acordo com o legislador, partidos políticos e candidatos não podem receber doação direta e indireta de entidade sindical. "A palavra doação", diz Luís Eduardo, "significa entrega de uma coisa de uma pessoa para outra sem fins lucrativos. O sindicato não doou o caminho, nem a aparelhagem de som. Usar é bastante diferente de doar. Doar significa passar a propriedade para alguém", completa.

Foi dada a largada!

No dia 26 de maio, na sede do Comitê Nacional Lula Presidente foi lançado o Comitê dos Sindicalistas de São Paulo sob a coordenação do companheiro Waldemar Rossi, Secretário Sindical do PT neste estado. O Ato de lançamento do Comitê cumpriu dois objetivos: iniciar a organização dos sindicalistas paulistas nas campanhas de Lula e Zé Dirceu e promover um ato de desagravo a Lula diante dos ataques que o nosso candidato vem sofrendo pela imprensa, de-

vido à utilização do carro de som do Sindicato dos Metalúrgicos do ABCD.

Estiveram presentes ao evento cerca de 400 sindicalistas de todo o estado e membros da CEN. O companheiro Marinho, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, informou que há uma campanha financeira para a compra de um caminhão de som, que é um sucesso.

O exemplo dos metalúrgicos do ABC deve ser acompanhado por todos os sindicalistas brasileiros.

Define-se a sucessão

O destino de Fernando Henrique será o mesmo do plano que leva seu nome



Está praticamente definido o quadro sucessório que pode mudar a História do Brasil: no campo democrático e popular, a candidatura Lula-Bisol, aglutinando um arco de forças que compreende PSB, PCdoB, PV, PSTU, PC e setores independentes.

No campo da direita, Espiridião Amin que, até o final do 1º turno, fará o jogo sujo contra Lula. Depois, dará seu apoio ao candidato anti-Lula, e, ao mesmo tempo, procurará disputar o lugar de líder da oposição durante o provável Governo Lula.

No centro da direita, Fernando Henrique Cardoso continua aglutinando a elite e a maioria das forças conservadoras do país. No entanto, os índices que FHC tem obtido nas pesquisas eleitorais não são de molde a entusiasmar todo o empresariado. Fracassada a tentativa de lançar Sarney como um candidato anti-Lula com maior probabilidade de chegar ao Planalto, à elite não restam muitas outras alternativas senão essa de apoiar Fernando Henrique.

O destino de FHC está, evidentemente, umbilicamente vinculado ao do Plano Econômico que leva seu nome. Se o "real" der certo e reduzir, por pouco que seja, a inflação imediata, Fernando Henrique tem grandes chances de subir nas pesquisas, por causa ou a despeito da aliança com o PFL. É claro que as classes conservadoras tudo farão para o Plano FHC dar certo, até superar tradicionais conflitos secundários entre os diversos setores do empresariado. Uma eventual redução da inflação nos próximos meses beneficiará eleitoralmente FHC, mesmo que, no próximo ano, a inflação e o arrocho voltem multiplicados por mil. Se o plano FHC não conseguir decolar ou não conseguir reduzir visivelmente a

inflação, as forças conservadoras tenderão a abandonar Fernando Henrique à própria sorte e se voltarão para outro tipo de discurso: o populismo desenvolvimentista de Quéricia. O ex-governador paulista demonstrou, ainda, grande domínio sobre o aparelho do PMDB na maior parte do país e, aparentemente, não se voltaram contra sua popularidade, as acusações suspeitas de irregularidades, fraudes, malversação de dinheiro público e ladroagem. Assim, Quéricia tende a exercer um pa-

pel de "coringa" até as vésperas do 1º turno, quando poderá eventualmente atrair as simpatias e as benesses das elites brasileiras se FHC não for um anti-Lula seguro. Se não passar desse jeito, Quéricia se transformará — ao lado de Sarney, Maluf, Brizola — em mais um "grande eleitor" do candidato anti-Lula. O panorama dos estados é diferente do nacional. As forças democráticas e populares certamente chegarão ao governo em várias regiões do país. Mas a direita e o centro-

direita também terão suas vitórias.

Da mesma forma, a bancada progressista no Congresso Nacional seguramente aumentará significativamente de tamanho, mas provavelmente não a ponto de constituir-se em maioria. De qualquer maneira o voto progressista poderá ser decisivo nos numerosos embates que se darão no Congresso em torno dos mais diferentes aspectos do Governo Lula, caso este venha a vencer.

Assim a governabilidade de Lula e do programa democrático e popular estará na dependência direta de mobilização e apoio populares, principalmente dos setores organizados da sociedade, das entidades civis, do movimento sindical e popular. É por isso que, desde já, se faz urgente montar e fazer alastrar pelo país os Comitês Lula Presidente, aclopados aos candidatos majoritários dos Estados, não apenas para assegurar a vitória eleitoral, mas principalmente para garantir o Governo Democrático-Popular e a viabilização de seu Programa de reformas profundas nas áreas econômica, social, política, institucional e cultural.

Definidas as candidaturas estaduais

Resolvidas as pendências, o quadro eleitoral dos estados está finalmente completo (veja ao lado). No Ceará o PT formou uma frente com partidos dentro do nosso campo de alianças, a partir da decisão do 9º Encontro e do Diretório Nacional de não aceitar o apoio ao PSDB daquele estado. Saímos com a candidatura de Cartaxo ao governo e uma vaga para o Senado. O PSB fica com a segunda vaga. Em Rondônia, também conforme decisão do DN, o PT não

participa da frente com o PMDB e lança chapa própria. Na cabeça de chapa está o sindicalista Jorge Streit que já foi da direção nacional da CUT e preside a CUT-RO. Na Bahia, apesar de haver forte contestação ao nome de Jutahy Magalhães, o Encontro Extraordinário aprovou o apoio ao PSDB. A dissidência baiana do PSDB é o principal foco de contestação a aliança de FHC com o PFL e já declarou publicamente seu apoio a Lula desde o primeiro turno. O

PT participará da chapa com a candidatura de Zezéu ao Senado. No Mato Grosso o PT participa da Frente que apóia Dante de Oliveira (PDT) para o governo do estado, mas não está na chapa majoritária, nem com o nome do vice-governador nem para o Senado. Em Sergipe o partido apóia a candidatura de Jackson Barreto, do PDT, para o governo e lança José Eduardo Barros Dutra para o Senado. Na segunda vaga, Valadares do PP.

QUADRO DOS MAJORITÁRIOS

UF	GOVERNADOR	SENADORES(AS)
AC	Sebastião Viana (PT)	Marina Silva (PT) Não indica nome para a 2ª vaga
AL	Marcos Vieira (PSB)	Regis Cavalcanti (PPS) Não indica nome para a 2ª vaga
AM	Aloisio Nogueira (PT)	Raimundo Moacir Lima (PT) José Oliveira Barroncas (PT)
AP	João Alberto Capiberibe (PSB)	Jorge Wagner Costa Gomes (PT) Sebastião Rocha (PT)
BA	Jutahy Magalhães (PSDB)	Valdir Pires (PSDB) Zezéu (PT)
CE	Joaquim Cartaxo (PT)	Durval Ferraz (PT) Régis Jucá (PSB)
DF	Cristóvam Buarque (PT)	Lauro Campos (PT) Carlos Alberto (PPS)
ES	Vitor Buaiz (PT)	Hélio Gualberto (PT) * Não definida 2ª vaga
GO	Luiz Antonio Carvalho (PT)	Antonio Magno Costa e Silva (PT) Divino Goulart (PCdoB)
MA	Jackson Lago (PDT)	Manoel da Conceição Santos (PT) Wagner Lago (PDT)
MG	Antonio Carlos Pereira (PT)	Virgílio Guimarães (PT) * Não definida 2ª vaga
MS	Pedro Luiz Teruel (PT)	Ricardo Brandão (PT) Alan Pitthan (PPS)
PA	Valdir Ganzer (PT)	Edmilson Rodrigues (PT) João Batista Bastos (PT)
PB	José Avenzoar A. das Neves (PT)	Joaquim José da Silva Neto (PT) Edmilson Dias Fernandes
PE	Miguel Arraes (PSB)	Roberto Freire (PPS) Armando Monteiro (PDT)
PI	José Nazareno C. Fonteles (PT)	Antonio Pereira de Souza (PT) Geraldo Tibúrcio Dantas (PT)
PR	Jorge Miguel Samek (PT)	Pedro Imo Tonelli (PT) Não lança nome para 2ª vaga
RJ	Jorge Bittar (PT)	Benedita da Silva (PT) Saturnino Braga (PSB)
RN	Fernando Wanderley (PT)	Jorge Augusto de Castro (PT) Florian Bezerra de Araújo (PT)
RO	Jorge Streit (PT)	Israel Xavier Batista (PT) Eduardo Valverde (PT)
RR	Elvira Alzira da Fonseca (PT)	Régis Lima (PT) Não indica nome para a 2ª vaga
RS	Olívio Dutra (PT)	Raul Pont (PT) Fulvio Petracco (PSB)
SC	Nelson Wedekin (PDT)	Luci Choinacki (PT) Não indica nome para a 2ª vaga
SP	José Dirceu (PT)	Luiza Erundina (PT) João Hermann (PPS)
TO	Neilton Araújo (PT)	Donizete Nogueira (PT) Leontino Dutra (PT)

BOLETIM NACIONAL CUPOM DE ASSINATURA

O porta voz da Comissão Executiva Nacional mudou de ritmo. Mas você, assinante, não será prejudicado. Receberá todas as edições correspondentes à sua assinatura

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____

CEP _____ Telefone _____

Cidade _____ UF _____

Assinatura semestral (12 edições) 6,5 URVs

Assinatura anual (24 edições) 13 URVs

V CONCURTO

Uma Central e um País para os trabalhadores

O V CONCURTO revelou a maturidade do sindicalismo classista brasileiro diante da conjuntura vivenciada hoje, ou seja, a possibilidade concreta da vitória de Lula. O movimento sindical cutista colocou no centro de sua tática a busca da unidade política de todas as forças, objetivando armar a CUT e seus sindicatos para contribuir efetivamente, no plano político e organizativo, na concretização dessa vitória. Com a aprovação de um plano de lutas unitário — que fortalecerá as mobilizações necessárias ao enfrentamento com as elites — garantiremos o programa e o projeto democrático e popular, no futuro governo Lula. Portanto, os delegados do V CONCURTO

souberam com maturidade e democracia definir seu papel. Essa percepção se expressa no plano de lutas como também nos manifestos da chapa unitária para a direção da CUT, e no apoio a candidatura de Lula à Presidência da República, documento assinado por todos os delegados presentes.

No manifesto da chapa unitária os delegados afirmam: "O Brasil vive um dos momentos mais importantes da nossa história. Vivemos grandes desafios e oportunidades. Neste ano estarão polarizados dois projetos para governar o país sendo que a partir das reivindicações da CUT, o projeto democrático e popular é o que vem de encontro aos interesses da classe trabalhadora."

Tanto os dirigentes que agora se afastam como a nova Direção Nacional da CUT — presidida pelo companheiro Vicentinho — e os delegados do Congresso, deram passos fundamentais na consolidação do sindicalismo classista avançado. A democratização da

Central, o fortalecimento da luta dos trabalhadores e da sociedade brasileira, buscando com paixão realizar o sonho de eleger Lula presidente. Inicia-se assim, a construção de um novo país, onde miséria, opressão e discriminação ficarão no passado.

Números do Congresso

Nos dias 19, 20, 21 e 22 de maio, na Associação dos Servidores da Caixa Econômica, em São Paulo, o V Congresso Nacional da CUT reuniu 1918 delegados, representando 15 milhões de trabalhadores — 80% da base da Central, que reúne 18 milhões de trabalhadores. Desse total, 5,2% dos delegados representam trabalhadores rurais e 25,6% são mulheres. A maior delegação foi do estado de São Paulo, com 501 delegados e a menor representação foi a de Tocantins, com 2 companheiros.

Delegados ao V CONCURTO lançam manifesto Pró-Lula

"O país passa por um momento decisivo em sua história. A eleição presidencial representa uma disputa de projetos globais para o país. Uma luta política nacional envolvendo dois campos antagônicos: o neoliberalismo e a alternativa dos trabalhadores e seus aliados. Afirmamos, sem qualquer dúvida, que o povo brasileiro estará decidindo, nos próximos meses, o seu futuro.

O desfecho desta eleição terá enorme influência sobre o movimento sindical e sobre a vida dos trabalhadores. Queremos derrotar as forças conservadoras, abrindo caminho para a realização integral de nossas reivindicações. Queremos construir um novo patamar na disputa de hegemonia no conjunto da sociedade. Queremos, enfim, dar um passo significativo na luta mais geral pelo socialismo, no Brasil e no mundo.

A CUT, expressando o sindicalismo democrático e classista brasileiro, é parte integrante desta disputa. É sua tradição participar das batalhas políticas fundamentais, quando estão em jogo os interesses



dos trabalhadores, sempre preservando a sua autonomia frente aos partidos políticos e ao Estado. Assim, a totalidade de nossa base organizada, deve promover o debate sobre o país que desejamos e os compromissos que o novo governo precisará assumir perante os trabalhadores e o povo. Os nossos sindicatos organizarão amplas consultas às categorias a respeito dos temas em debate nas eleições, tendo como referência a plataforma da Central.

O nosso desafio é articular a luta

sindical com a disputa programática. Arregaçar as mangas para a luta política por nossos interesses imediatos e de longo prazo. Contribuir decisivamente para a realização de reformas radicais no país, de caráter democrático, nacional e social.

Nós, delegados ao V CONCURTO, vindos das mais diversas partes do Brasil, representando diferentes concepções políticas e sindicais e conscientes da profundidade política e da dimensão histórica da luta de classes em curso, manifestamos

o nosso apoio à candidatura do companheiro Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República. E mais, comprometemo-nos a nos engajar efetivamente na campanha, com destaque para a organização de Comitês Pró-Lula Presidente em cada categoria, empresa e local de moradia.

Sabendo que a disputa não se encerra nas eleições, lutaremos para nela engajar a base social organizada da CUT — e o conjunto das forças e segmentos sociais que possamos atingir — na construção de um amplo movimento pela realização das reformas estruturais que os trabalhadores exigem para a saída da crise. Como cidadãos respondemos àqueles que, em defesa da ordem e dos interesses dominantes, pretendem nos colocar à margem das grandes decisões. Como sujeitos políticos, estamos firmando publicamente a decisão de colocar todas as nossas forças, a nossa paixão e a nossa razão para construir a unidade e a vitória do povo nesta luta contra a opressão, a exploração e a exclusão social. São Paulo, 22 de maio de 1994."

RELAÇÕES INTERNACIONAIS**Pela extradição de Meza**

Chegaram no dia 11 de maio a Brasília, para assistir o interrogatório do ex-ditador Garcia Meza no Supremo Tribunal Federal, as bolivianas Cristina de Quiroga Santa Cruz, viúva do deputado Marcelo de Quiroga Santa Cruz, assassinado no dia do golpe dado por Garcia Meza; Loyola Guzman, presidente da ASOFAMD (Associação dos Familiares de Mortos e Desaparecidos); Beatriz de Suarez e Isabel Mena de Vega.

O pedido de extradição feito pelo governo boliviano tem 800 páginas de relatórios e sentenças

de crimes comuns.

O deputado petista Nilmário Miranda — que encaminhou ao Supremo Tribunal Federal, em abril, uma moção de apoio a extradição do criminoso boliviano — solicita às entidades que enviem mensagens diretamente ao Presidente do STF, que deverá marcar em breve o julgamento do pedido de extradição. As mensagens devem ser enviadas para:

Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal — Praça dos Três Poderes — 70175 - Brasília - DF
Fax: (061) 226.4797

Eleição no Panamá

Lula enviou a seguinte mensagem de congratulação pela vitória ao recém eleito presidente do Panamá, Ernesto Pérez Balladares:

“Quero transmitir-lhe, em nome de nosso partido, a satisfação que sentimos por sua vitória nas eleições presidenciais.

Gostaria de manifestar meus votos de que seu governo tenha sucesso na recuperação da democracia política e possa levar adiante o projeto de independência econômica com justiça social.

Tenho uma recordação muito viva dos terríveis acontecimentos de dezembro de 1989 e tenho certeza que seu governo conseguirá que os EUA reconheçam sua responsabilidade e repare os enormes danos causados ao povo panamenho. Nesse sentido, nos parece promissora a decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA de aceitar as denúncias de cidadãos panamenhos ao governo dos Estados Unidos.”

Luiz Inácio Lula da Silva

AGRÁRIA**Em debate a reforma agrária**

A perspectiva de vitória do companheiro Lula, nos apresenta grandes desafios. Entre eles está o desenvolvimento de uma forte conscientização, para que haja o apoio popular necessário à implementação de políticas públicas capazes de mudar a injusta distribuição de renda e da riqueza deste país.

Uma dessas medidas é, sem dúvida, a Reforma Agrária, dado o caráter estrutural desta política e do necessário enfrentamento social com os setores latifundiários. É necessário que a população, além de compreendê-la, saia em sua defesa. Nesta perspectiva, a Secretaria Agrária pretende realizar o maior

número possível de eventos que permitam difundir informações reais sobre a estrutura fundiária do país e suas conseqüências para a vida urbana.

Dentro deste contexto, a revista Teoria & Debate abriu no último número, um grande espaço para o debate dessas políticas agrárias e agrícolas.

Com cinco artigos que tratam da Questão Agrária, a T&D; a SAN e o BN convidam os companheiros para o lançamento desta edição.

Data: 15 de junho, às 20 horas

Local: PUC - São Paulo

Debatedores: Claus Germer; José Eli da Veiga e João Pedro Stédile

A pá de cal da Revisão

A morte da Revisão Constitucional foi enfim oficializada na noite de 31 de maio. Como era de se esperar, com falta de quorum. O desinteresse se tornara tão grande que não havia sequer quem participasse do funeral.

O golpe de misericórdia na Revisão concretizou-se algumas semanas antes, na forma de uma negociação entre lideranças partidárias estabelecendo a agenda máxima de 11 pontos polêmicas. O acordo seria sacramentado se, na primeira votação das matérias alterando o capítulo da ordem econômica da Constituição (as que interessavam aos conservadores), não houvesse quorum ou a matéria fosse rejeitada. Com excessão do PPR, e algumas objeções do PFL, os demais partidos participaram do entendimento. Inclusive o PT que juntamente com outros partidos contrários à Revisão, avaliou que essa era a tática acertada para neutralizar a última ofensiva da maioria conservadora.

Aquela altura, uma ampla mobilização dos revisionistas, reforçada por maciço apoio da grande imprensa, garantia a presença de 473 parlamentares em plenário, na expectativa das votações, algumas já programadas, sobre questões como a quebra dos monopólios públicos, a permissão para empresas estrangeiras explorarem o subsolo e o gás canalizado. Na primeira votação daquele dia, que redefinia o conceito de empresa

brasileira de capital nacional, 290 votos foram favoráveis à emenda (eram necessários 293 para aprovação), 61 contrários e, o mais revelador, 112 ausências. É que boa parte delas era de parlamentares presentes ao Congresso que contribuíssem para viabilizar o acordo acertado na véspera pelos líderes dos partidos.

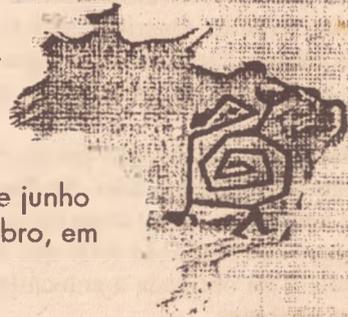
Esse resultado, em que os revisionistas foram derrotados por apenas três votos, evidenciou a correção da nossa participação no acordo. Sem ele, inevitavelmente a primeira emenda econômica (sobre o conceito da empresa nacional) seria aprovada, podendo impulsionar a retomada dos trabalhos em cima das questões econômicas.

Derrotada em sua última chance, a maioria revisionista teve de conter-se em votar, dos 11 itens da pauta máxima, o que fosse possível até o fim do prazo do Congresso Revisor. O PT cumpriu sua parte no acordo participando das votações da agenda máxima que limitou a Revisão a temas institucionais, como as regras para perda de mandato, prazo de mandatos, contratação de professor estrangeiro por universidades. Como essa não eram as matérias que interessavam aos revisionistas, o processo revisional esvaziou-se. E morreu de inanição.

José Fortunati
líder do PT na Câmara dos Deputados.

Poder Local, Participação Popular e Construção da Cidadania

Estes são os temas do Seminário Nacional promovido pelo Fórum de Participação Popular e pela Prefeitura de Belo Horizonte, que se realizará nos dias 16 e 17 de junho na Escola Sindical 7 de Outubro, em Belo Horizonte (MG).



Informações: Instituto Cajamar (011) 437.3098 e Instituto Polis (011) 820.6572

BELO HORIZONTE

A temperatura sobe em BH

Até o fechamento desta edição, os professores da rede municipal de ensino de Belo Horizonte (MG) completavam 27 dias em greve. Eles reivindicam um reajuste de 92% para recompor perdas salariais anteriores e com a conversão para a URV, inclusive. O impasse se instalou quando a administração petista alegou não haver perdas na atual gestão. Segundo Maria da Consolação Rocha, membro da direção do Sind-UTE e da Executiva Estadual do PT, é isso que a categoria contesta.

Em maio do ano passado Patrus Ananias adotou os índices do Dieese para medir as perdas e propôs aos servidores correção mensal a partir de julho, baseada na arrecadação. Com isso, os reajustes mensais estariam variando entre 50 e 100% da inflação. Esse acordo foi aceito pela maior parte do funcionalismo de Belo Horizonte. Inclusive pelos professores que, pela primeira vez, assinaram um acordo com a prefeitura. Vale lembrar que naquele período a política do governo federal era de reajustes quadrimestrais. De setembro a outubro os profes-

sores realizaram uma greve de 36 dias e conseguiram os 100% do índice do Dieese. "Ficaram faltando os 50% de junho e de julho, que deixamos para discutir em janeiro deste ano", conta Conceição.

Com a chegada da URV a conversão dos salários foi feita pela média. "A prefeitura não quis discutir", afirma.

O coordenador de Relações de Trabalho da Prefeitura, Paulo Mora, mostra a questão por outro prisma. Segundo Moura, foi em 91 que o salário dos professores esteve no pico dos últimos quatro anos. Mas nesse mesmo ano começou a cair. "A gestão anterior promoveu um

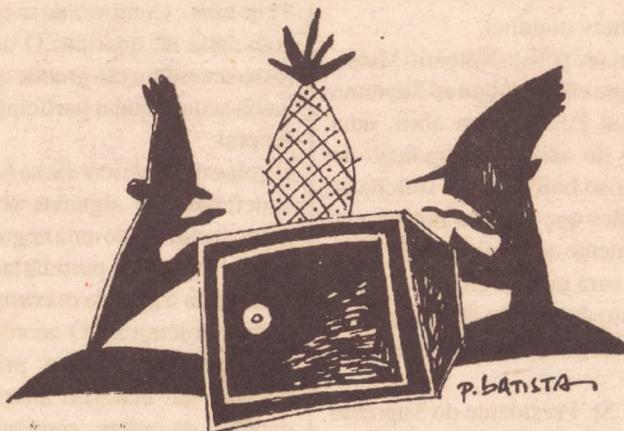
arrocho brutal, através do espaçamento nos reajustes. O salário de um professor P2, por exemplo, que era em de 5.800 dólares em 91, caiu para 4.100 dólares em 92."

O que a prefeitura fez, de 93 para cá foi recompor os salários, em dólar, aos níveis de 91. Ao assumir Patrus concedeu um reajuste de 200% elevando um pouco o patamar de 92. Houve um crescimento de 17%, em dólar, do salário de um professor P2 sobre 92 e 93. Já para o professor P1 esse crescimento foi de 33%.

Abono

A proposta da prefeitura, apresen-

tada à categoria dia 15 de abril, foi de conceder um abono em URV sobre os salários de março, a ser pago em abril e nos demais meses até a implantação do real, quando os valores seriam incorporados ao salário. "Desta forma, os salários pagos ao magistério municipal estariam acima do que normalmente vem sendo praticado pelo poder público no restante do país, afirma Moura. Essa afirmação é contestada por Consolação Rocha. Ela explica que não é correto simplesmente comparar salários sem considerar a carga horária.



Novo ritmo

Nos próximos quatro meses o Boletim Nacional terá um ritmo de edição mensal.

Porta voz da Executiva Nacional, o BN manteve uma regularidade quinzenal desde agosto do ano passado, quando entrou em nova fase.

Agora o BN vai acompanhar a atividade da CEN: espaçando mais o seu ritmo de reuniões, a CEN vai dedicar mais energia à campanha presidencial. É a principal atividade do partido no ano e, oxalá, em toda a sua história. Atividade essa que, esperamos, vai terminar em outubro, logo no primeiro turno. A partir daí o Boletim Nacional voltará ao ritmo quinzenal, informando as atividades do partido e repostando as principais resoluções de suas instâncias de direção, Diretório Nacional e CEN. Os assinantes terão seus direitos garantidos, uma vez que os contratos são por um determinado número de edições — 12 ou 24 — que será respeitado. E terão, ainda, a contrapartida de receber o novo Brasil Agora, veículo da campanha presidencial do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva.

Markus Sokol
Sec. de Comunicação da
CEN

Bahia lembra Carlos Marighella

Quando os militares assaltaram o poder, em 31 de março de 1964, trataram logo de sufocar toda e qualquer forma de protesto e de resistência.

Na tarde de 9 de maio do mesmo ano, numa sessão de cinema, Marighella foi covardemente baleado no peito. Queriam matá-lo ali mesmo. Ele lutou bravamente e seu grito ecoou por todo o País.

Marighella foi levado ferido e algemado para a prisão. No Rio de Janeiro, levantou-se um movimento de reação tão forte que a polícia foi obrigada a colocá-lo em liberdade.

Ele continuou sua luta, organizando a resistência contra a ditadura e foi

assassinado em São Paulo no dia 4 de novembro de 1969.

Para resgatar uma parte tão importante de sua história e homenagear a memória desse filho do povo baiano, poeta, revolucionário e deputado constituinte de 46, foi realizada uma série de atividades promovidas pelo Olodum, Prefeitura de Salvador, Universidade Federal da Bahia e Fundação Gregório de Mattos, nos dias 8, 9 e 10 de maio, na capital baiana.

Uma exposição fotográfica sobre Marighella permaneceu quase todo o mês na Casa do Olodum. Antonio Cândido, Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Jacob Gorender e Clara Charf partici-

param de seminário, um show do Olodum no Pelourinho, um ato público na Câmara de Vereadores e uma visita ao túmulo de Marighella relembrou a vida política do ex-dirigente da ALN. No dia 25 de junho, a partir das 11 horas da manhã, será a vez de São Paulo lembrar o político e poeta combatente. Serão lançados dois livros de Carlos Marighella: *Rondó da Liberdade* (que inclui *Uma prova em versos — e outros versos —*, de 1959 e *Os lírios já não crescem em nossos campos*, de 1966) e *Porque Resisti à Prisão* (2ª edição). O lançamento vai acontecer na Livraria Brasiliense do Conjunto Nacional (Av. Paulista).